



Submetido em: 07-11-2024

Aceito em: 30-01-2025

DOI: <https://doi.org/10.51359/2317-5427.2025.264800>

ATIVISMO ALIMENTAR

Food Activism

Elaine Azevedo^{1*}

RESUMO

O foco central desta pesquisa conceitual é discutir o ativismo alimentar como um formato de ativismo político. A ideia é delinear suas intenções e ações individuais e coletivas, além de agregar, sob tal conceito, diferentes movimentos, eventos e práticas alimentares que ainda carecem de estruturação epistemológica exatamente por serem conceitualmente jovens, porosos e dinâmicos na sua complexidade e atualidade. Estudos culturais sobre diferentes tipos de ativismo e concepções de autores das Ciências Humanas e Sociais foram utilizados nessa pesquisa conceitual e analisados sob as premissas do ativismo alimentar. O estudo permitiu levantar desafios transversais ao conceito de ativismo alimentar. Para explorar a intersecção com os diferentes movimentos ativistas, foram mobilizadas noções de democracia, cidadania, justiça, ‘nutricídio’, racismo, apartheid e ética alimentar de forma a dialogar com o campo e problematizar o conceito de alimentação saudável e o reducionismo que perpassa tal conceito. Por fim, o estudo compila um resumo das tipologias e características encontradas nos diferentes formatos de ativismo alimentar e aponta a importância de produzir futuros estudos empíricos locais que se debruçam sobre as diversas práticas e o perfil dos atores envolvidos no ativismo alimentar.

Palavras-chave: ativismo alimentar; ativismo político; alimentação saudável; segurança alimentar e nutricional

ABSTRACT

The aim of this conceptual research is to discuss food activism as a format of political activism. The idea is to outline its individual and collective interests and actions, in addition to bringing under this concept different movements, events and food practices that still lack epistemological structuring precisely because they are conceptually young, fluid and dynamic in their complexity and relevance. Cultural studies on different types of activism and concepts from Humanities and Social Sciences’ authors were used in this conceptual and detailed research under the goals of food activism. The study made it possible to raise cross-cutting challenges to the concept of food activism. To explore the intersection with different activist movements, notions of democracy, citizenship, justice, ‘nutricide’, racism, apartheid and food ethics were mobilized to dialogue with the field and problematize the concept of healthy eating and the reductionism that permeates such a

^{1*} Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora Adjunta na Universidade Federal do Espírito Santo, na Graduação no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). E-mail: elainepeled@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9637-6111>.

concept. Finally, the study compiles a summary of the typologies and characteristics in the different formats of food activism and highlights the importance of producing future local empirical studies that focus on the different practices and on the profile of the actors involved in food activism.

Keywords: food activism; political activism; healthy eating; food and nutrition security.

1. INTRODUÇÃO

O ativismo alimentar apresenta-se como uma vertente do ativismo político que corre por fora das arenas políticas formais e que emergiu como uma perspectiva mais porosa e criativa de fazer política, sendo recorrentemente associado a causas progressistas e à promoção da equidade e dos direitos das minorias, visando uma transformação da realidade a partir de estratégias coletivas.

Para Azevedo (2017, p.295), a partir de autores como Martin (2007) e Norris (2007):

O ativismo político, recorrentemente associado a causas progressistas e a promoção da equidade e dos direitos das minorias, privilegia a militância ou ações contínuas, inovadoras e energéticas, que objetivam uma efetiva transformação da realidade a partir de estratégias coletivas. O ativismo político envolve processos participativos e diferentes formas de comportamentos coletivos que incluem a defesa, a propagação e a manifestação pública de ideias; o boicote no ato de consumo; a realização de manifestações públicas organizadas (protestos, comícios, marchas, recrutamento de simpatizantes); a prospecção porta-a-porta; o fomento a diferentes tipos de campanhas para levar as visões da sociedade civil local e/ou global para âmbitos políticos internacionais; e o apoio a manifestos favoráveis à uma determinada causa ou contra algo que prejudique a mesma.

Em outras palavras, sua pauta política e cultural é tão ampla quanto são as formas concretas de opressão, segregação e “invisibilização” dos atores sociais modernos. Cada pauta de reivindicação encontra sua forma de expressão sem que se unifique por afinidade política, como é próprio dos partidos (Doria; Azevedo, 2019).

As teorias nas Ciências Sociais que se debruçam sobre a cultura política contemporânea - política-vida em Giddens; subpolítica em Beck; antropolítica em Edgar Morin; micropolíticas em Deleuze e Guattari, têm em comum o deslocamento das ações transformadoras para territórios ainda não legitimados nem pelos partidos tradicionais; nem mesmo os de esquerda, como argumenta o geógrafo neomarxista David Harvey (Azevedo; Peled, 2015).

De forma geral, o foco do ativismo político é uma mudança na ordem social liderada por pessoas desfavorecidas ou excluídas pelo sistema capitalista – ou em nome delas. Aquelas dispostas a construir uma contra hegemonia e que aspiram a um deslocamento da ordem hegemônica.

O ativismo político se fortalece diante da própria crise do Estado democrático, do declínio dos Estados-nação sob a globalização, além da descrença e da decadência moral que envolve os espaços e estratégias formais de ação política – os processos eleitorais, os partidos, o parlamento e o sistema judiciário. Toda forma de ativismo político ou ações políticas não legitimadas como formais focam nas “ações orientadas por cidadãos,” nas palavras de Norris (2007, p.630), privilegiando uma visão segundo a qual uma nova ordem está em processo de constituição, embora não se saiba onde essas ações vão chegar. Essa é outra característica desses movimentos que abarca o ativismo alimentar. São difusos, criativos e não se encaixam em estruturas teóricas já bem exploradas nas Ciências Políticas.

Por isso, assim como o ativismo político, o ativismo alimentar demanda um olhar cuidadoso para problematizar suas características e relevância, o que será feito neste estudo. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir para a construção conceitual desse poroso conceito.

2. ATIVISMO ALIMENTAR

Percebe-se, recentemente, um esforço acadêmico para definir e delinear o espectro de ação do ativismo alimentar. Schubert e Portilho (2023, p. 23) definem o movimento como

um fenômeno social amplo, cujo elemento motor e de mobilização social passa pela modificação de práticas agrícolas, comerciais e alimentares, pela construção de mercados e pela formulação e implementação de políticas públicas e regulatórias, visando a, em alguma medida, transformar o sistema alimentar, o ambiente alimentar e as práticas alimentares, a partir de amplos e conflituosos espectros políticos, em diferentes escalas e configurações sociais.

Apesar do termo *dieta* desde Hipócrates já estar associado a uma dimensão política² e não ter vínculo somente com seu caráter moderno normativo e prescritivo, mas a um estilo de viver, Azevedo (2017) afirma que o ativismo alimentar é impulsionado por um processo recente de politização do ato de se alimentar e aparece como resposta a práticas de violação do direito humano a uma alimentação de qualidade e a soberania e segurança alimentar. Mesmo incorporando essa dimensão política, o ativismo alimentar, ao contrário do ativismo político, “não está, necessariamente, conectado exclusivamente a posições liberais e progressistas, sendo associado também a posições reacionárias e conservadoras”, como é o caso do veganismo de extrema direita

² Na doutrina dos escritos hipocráticos de Cós, a dieta era constituída por cinco componentes principais: a alimentação, os exercícios, a atividade profissional (o que implica em distinções sociais), o entorno geográfico e climático, e as atividades políticas da cidade em que o indivíduo vive (Carius; Alsina, 2007).

do coletivo neonazista *Balaclava Kuche*; do processo de “convencionalização dos orgânicos” ou da “defesa da “refeição em família”, que pode contribuir para uma visão conservadora da chamada família tradicional, na qual a mulher exerce a função de cozinhar para todos (Schubert; Portilho, 2023, p. 21-22).

Em síntese, como destacam Counihan e Siniscalchi (2014), os ativistas assumem uma variedade de ideologias políticas conservadoras ou reformistas e, assim, o ativismo alimentar acaba cobrindo um grande espectro de direita e esquerda, podendo criar inesperadas alianças entre grupos religiosos e Marxistas ou embates como aqueles entre os veganos e os seguidores de algumas religiões afro-brasileiras que defendem o sacrifício de animais.

Fátima Portilho (2020) ressalta duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. A primeira assume a centralidade das ações na esfera institucional do Estado. Incorpora também ações filantrópicas e assistencialistas e demandas distributivas, focadas no combate à fome e à desnutrição, à soberania e à segurança alimentar e ao direito humano à alimentação. Os principais porta-vozes desta geração de ativismo alimentar foram ativistas da área de saúde (médicos e nutricionistas), economistas, gestores públicos, cientistas políticos e organizações assistencialistas, incluindo as de cunho religioso. A segunda geração de ativismo alimentar extrapola a esfera institucional e se dirige para os movimentos de agricultura sustentável e para a esfera privada do consumo alimentar cotidiano, englobando questões relativas ao consumo político e ao consumidor, as discussões sobre estilo de vida e diversos novos temas, atores e estratégias políticas e atores como chefs de cozinha, os movimentos sociais do campo e o consumidor. Nessa segunda geração destacam-se estudos como o de Machado Filho (2023) que se debruça sobre o ato de cozinhar como um formato de ativismo político.

As ações dessa segunda geração de ativismo alimentar incorporam questões da primeira geração e ampliam seu repertório para variados apelos como o agrobiopoder, a biopirataria, a reforma agrária e a soberania alimentar; a ecogastronomia; o risco e as contaminação alimentares; a insegurança alimentar e a fome; o fortalecimento dos atores sociais que produzem comida (no caso, os agricultores familiares, agroflorestais, quilombolas, ribeirinhas, pescadores indígenas, neorruralistas); as denúncias que envolvem os trabalhadores da indústria agroalimentar; os movimentos cooperativos e de justiça fundiária no meio rural; alimentar; o fomento de sistemas agroalimentares tradicionais; a valorização do prazer de comer e a importância da comensalidade; o bem-estar animal e ao questionamento das visões antropocêntricas; a questões de gêneros e valorização do feminino ligadas a diferentes instâncias do ato de comer, além da própria crise do capitalismo e os estudos decoloniais ligados a soberania alimentar (Azevedo, 2017; Portilho, 2020).

O livro das antropólogas Carole Counihan e Valeria Siniscalchi (2014), *Food Activism*, compila uma variedade de estudos de caso sobre práticas de ativistas alimentares realizadas em diferentes escalas por vários atores em todo o mundo, desde compromissos locais e individuais a ações coletivas e nacionais até redes transnacionais através de práticas que não envolvem somente a militância, o ‘tomar as ruas’ ou produzir alto impacto sociopolítico, clássicos objetivos dos ativismos políticos. As autoras definem ativismo alimentar como os esforços de pessoas para mudar o sistema agroalimentar capitalista, questionando o modo de produzir, distribuir e consumir alimentos. Para elas, é um termo frutífero para analisar os diversos dissensos e formatos de resistência praticada por ativistas políticos, atores sociais produtores de alimentos, *chefs* e culinharistas e consumidores dentro do sistema agroalimentar capitalista. Também para explorar os discursos e ações para tornar esse sistema mais democrático, transparente, saudável, ético, sustentável e culturalmente ajustado.

As autoras discutem as questões da alimentação, conectando-as às noções de agência, democracia e economia, através de práticas que podem burlar o Estado, alcançar um mercado mais democrático, lutar pela segurança e soberania alimentar ou protestar contra as empresas multinacionais de alimentos, tecnologias e insumos agrícolas. O ativismo alimentar é reconceitualizado no livro como uma maneira de abordar estruturas e injustiças de poder supremos, como o aumento de impostos para a agricultura familiar, a apropriação indevida e a privatização de terras, a dominação, a opressão por governos autoritários e a consequente dependência e insegurança alimentar (Counihan; Siniscalchi, 2020).

Essas antropólogas destacam a importância de uma abordagem centrada no ator nos diferentes formatos de ativismo alimentar e enfatizam a importância de incluir as perspectivas dos sujeitos envolvidos nas práticas ativistas alimentares e em como os vários atores são afetados pelas relações de poder em jogo nos diferentes sistemas agroalimentares.

Já na publicação *The New Food Activism*, as organizadoras Alison Alkon e Julie Guthman (2017) se encaixam no chamado *critical food studies* e questionam a política de consumo dos ativistas alimentares. A publicação foca nas minorias e nas injustiças dos sistemas agroalimentares, com destaque para os movimentos colaborativos de base engajados em lutas por paridade racial e econômica em sistemas agroalimentares sustentáveis, com foco para os movimentos cooperativos e a justiça fundiária. Os doze artigos organizados pelas autoras discutem o ativismo a partir dos direitos dos trabalhadores agrícolas a um ambiente de trabalho seguro e os meios de

empoderamento para trabalhadores marginalizados e explorados da indústria alimentícia. Alguns estudos abordam as lutas compartilhadas de organizadores sindicais e defensores do trabalho que demonstram o poder do engajamento colaborativo na luta política e as estratégias legislativas por meio de campanhas e colaborações organizacionais.

O termo ativismo alimentar desenvolve-se como um guarda-chuva conceitual e que abriga diferentes movimentos, eventos e discussões de amplo alcance nas sociedades nos quais a comida segura aparece como elemento transversal. Entre eles destacam-se a Agroecologia e a agricultura familiar; os movimentos de agricultores (como o Movimento dos Pequenos Agricultores e o Movimento Sem Terra); o movimento da Segurança Alimentar e Nutricional; a Agricultura Orgânica e todos os sistemas agroalimentares responsáveis, éticos ou regenerativos; o movimento da hortas e agricultura urbanas; os CSAs e as diferentes estratégias de consumo político³; a Ecogastronomia e a Gastronomia política; o *Slow Food*; o Locavorismo; o Vegetarianismo; o Veganismo; o Freeganismo; as PANC; o Banquetaço. Abarca iniciativas locais como o projeto *Our Daily Bread Project*⁴ na Polônia (que apoia padeiros imigrantes, gays, judeus e negros), a padaria anarco-comunista francesa *La Conquête du Pain*⁵ (estabelecimento autogerido que vende pães a preços abaixo do mercado) e o *hub* de soluções para o não desperdício de alimentos, Comida Invisível⁶. Da mesma forma, existe o ativismo de âmbito internacional da Via Campesina ou da *International Vegetarian Union* e o movimento do campesinato contra a comida de má qualidade que surgiu na França décadas atrás, tendo José Bové (2000) como um dos expoentes.

3. MOVIMENTOS ALIMENTARES, UNI-VOS!

Ao tentar compreender a pluralidade do ativismo alimentar, Eric Holt-Gimenez (2011) propõe no título de sua publicação um apelo: “movimentos alimentares, uni-vos!” (tradução da autora). Apesar do clamor para atuar juntos, o próprio autor ressalta que o equilíbrio entre a unidade e o pluralismo são essenciais para o funcionamento de grupos sociais e políticos. A coesão para o trabalho conjunto é importante, assim como a preservação das diferenças para manter a identidade e

³ Importante ressaltar o empenho de Schubert e Portilho (2023) no sentido de diferenciar o ativismo alimentar do consumo alimentar político e apresentar referências analíticas – no caso a Teoria das Práticas - para avaliar a complexidade das expressões desses fenômenos.

⁴ Mais informações em: <https://www.youtube.com/watch?v=npStsOYIraM&t=126s> Disponível em: 13 Nov 2019.

⁵ Ver: <https://autogestion.asso.fr/la-conquete-du-pain/> Disponível em: 10 Nov 2019.

⁶ Comida invisível é uma empresa social certificada pela FAO/ONU com o selo *Save Food* que organiza doações de alimentos que seriam desperdiçados. Mais informações em: <https://app.comidainvisivel.com.br/#/>

autonomia, para realizar experimentos de ativismo, adotar uma divisão de trabalho, compartimentar os danos e desafiar e melhorar as próprias crenças, desejos e práticas ao longo do tempo através da interação uns com os outros.

Dois exemplos emblemáticos de dualidades conflitivas entre grupos de ativismo alimentar envolvem o Veganismo e o Movimento de Segurança e Soberania Alimentar e a Agroecologia e o chamado Movimento Orgânico. Explicando melhor.

Muitos ativistas da soberania alimentar excluem os direitos à vida dos animais como parte da coalizão do movimento, apesar de considerarem os animais como fundamentais para a autonomia e sustentabilidade dos sistemas alimentares responsáveis. Talvez porque muitos ativistas da segurança e soberania alimentar aceitam princípios morais e ideologias políticas, como uma espécie de humanismo marxista, percebidos como conflitantes com os direitos dos animais. Enquanto isso, alguns veganos (que são plurais, importante ressaltar) buscam uma unidade no movimento alimentar vegano em torno das preocupações com o direito à vida animal, de forma que exclui as preocupações com a origem do alimento como parte desta coalizão. Tal omissão é também baseada em princípios e ideologias políticas, como a libertação animal universal, recorrentemente conflitante com a proposta de manejo animal ético e sustentável e com o crescimento dos ultraprocessados e industrializados veganos e das tecnologias de biologia sintética (carnes feitas em laboratório, por exemplo) que favorecem grandes corporações agroalimentares.

Da mesma forma, a Agroecologia, ao focar na dignificação do agricultor familiar e sua autonomia do sistema industrial a base de insumos e tecnologia agrícola e concentração de rendas faz um embate com parte do movimento orgânico que convencionaliza o movimento ao focar no nível ambiental do conceito de sustentabilidade, mantendo a ideologia economicista que embasa o sistema agroalimentar hegemônico. Esse tipo de ‘agronegócio orgânico’ exclui ou minimiza as preocupações culturais e sociais que envolvem o território e ignora quem produz a comida, bem como as questões de concentração de terras e renda, o uso de tecnologias e poderes que interferem na autonomia dos agricultores familiares e segue fortalecendo poderosas corporações agroalimentares.

Tanaka (2024) buscou compreender as particularidades dos ativismos alimentares do hemisfério Sul (estudando o Movimento Sem Terra, no Brasil) em comparação com aqueles do Norte (com foco no Movimento *Slow Food*, na Itália) enfatizando as disparidades geopolíticas do Sul e Norte Globais. Sua pesquisa endossa Holt-Gimenez (2011) para quem o desafio não é alcançar plena unidade entre os diferentes movimentos ou ativismos alimentares, mas sim como

alcançar um equilíbrio pragmático entre as unidades locais, globais, informais e formais em cada grupo atendendo as singularidades de cada realidade.

4. DESAFIOS DO ATIVISMO ALIMENTAR

É muito comum encontrar certa oposição entre as micro e macro esferas de ação política; por um lado, está a ação formal do Estado que envolve centralmente a construção de políticas públicas - resultado das relações entre diferentes setores da sociedade, do mercado e do Estado - para fortalecer a segurança e soberania alimentares (paralelo ao apoio as dinâmicas econômicas do agronegócio).

No outro lado, está o ativismo alimentar dos diferentes atores das organizações sociais que tomam nas mãos a tarefa de fortalecer ações concretas em prol da segurança e soberanias alimentares, sem intervenção estatal. Na verdade, as duas esferas são mais complementares do que opostas, pois muitas das políticas públicas são fruto de articulações ativistas e demandas. Para Camila Penna (2020, s/p),

o ativismo social e institucional tem efeitos sobre o formato das instituições estatais, que podem ser mais ou menos permeáveis a alguns grupos e organizações, e têm efeitos sobre as características das políticas, cujos desenhos podem ser mais ou menos inclusivos.

É inquestionável a amplitude, o impacto e a capilaridade das políticas públicas na promoção de segurança e soberania alimentar, bem como a importância do papel do Estado na garantia de direitos sociais básicos. Mas, também, é igualmente perceptível a fragilidade e o rápido desmonte de tais políticas diante de cenários de mudanças de governos opositores e de interesses partidários. Se por um lado, o ativismo alimentar nunca vai ter o alcance das políticas públicas e pode ter mais um caráter individual de autocuidado, por outro apresenta-se como uma proposta de certa estabilidade frente a tais mudanças partidárias e implica maior descentralização, mobilização de base e horizontalidade e possibilidade de participação, a partir das práticas de associativismo e cooperativismo.

Mas o que interessa discutir aqui são os desafios do ativismo alimentar. Parece relevante problematizar como ele pode ser uma estratégia política cada vez mais potente e o que dificulta seu fortalecimento.

As sociedades e todas suas dimensões operam sob a ótica do sistema capitalista. Ele é chamado hegemônico porque sua racionalidade está em todas as instâncias do cotidiano e muito

atento aos nossos desejos. No consumo isso é muito claro. As instituições religiosas operam sob essa lógica; a educação hegemônica prepara para nos inserir no sistema; o sistema de saúde e de artes dialogam com o capitalismo. E há até mesmo quem se relacione afetivamente sob a racionalidade capitalista da posse, do individualismo e da concentração. E alguns tipos de ativismo alimentar supramencionados sofrem a influência do capitalismo. Já outros tipos de ativismo operam sob uma lógica anarquista, de base tradicional, solidária e cooperativa. Para ser um ativista alimentar, é preciso romper com uma cultura da anestesia individualista. O crescimento do ativismo implica em mobilizar mais pessoas dispostas a atuar politicamente e de forma cooperativa. E pessoas persistentes e resilientes, uma vez que a previsibilidade, a padronização e a rapidez de resultados são típicas de sistemas capitalistas. Novas mudanças culturais exigem tempo para ser assimiladas.

Outra razão é o aumento exponencial das desigualdades sociais. Pensar em categorias políticas tão refinadas como a economia solidária e o cooperativismo é mais fácil em espaços e grupos que não estão lutando para sobreviver e não sofrem com a fome e a falta de direitos básicos. Talvez essa é uma das razões pelas quais o ativismo alimentar ainda é considerado elitizado; porque ele é gestado em grupos que têm seus direitos humanos básicos garantidos. O que é um privilégio entre brasileiros.

E, por fim, o ativismo alimentar é um desafio porque se debruça sobre questões que vão além da comida. Para além de um movimento de pessoas que procuram uma maneira diferente de comer; que estão descontentes com os alimentos industrializados provenientes de monocultura, pulverizados com pesticidas, produzidos com antibióticos, higienizados e embalados em celofane e amplamente distribuídos em redes de supermercados, o ativismo alimentar é uma superposição de demandas. Evoca dimensões variadas que envolvem preocupações com a sustentabilidade ecológica, as especificidades geográficas, a qualidade alimentar, as questões de raça e gênero e o hedonismo alimentar. Leva pessoas a fazer hortas urbanas, a comprar e apoiar agricultores locais e agroecológicos, a aprender a cozinhar e a valorizar a comensalidade e as refeições caseiras.

Hoje, por exemplo, para ser um produtor certificado na Rede Ecovia de Agroecologia, não basta a propriedade assumir práticas agrícolas regenerativas. A certificação não admite o trabalho escravo e nem a violência doméstica contra mulheres e crianças na família de agricultores. Dentro da Agroecologia se discutem as relações de gênero, o feminicídio e a homofobia. Ao fazer parte de uma associação de consumidores agroecológicos e orgânicos, a responsabilidade com o que compra e consome aumenta; começa com os alimentos e se expande gradualmente para todo tipo de consumo e para quem produz o alimento. Azevedo (2015), por exemplo, mostra que o Locavorismo

é um tipo de ativismo que incorpora discussões ambientais sob noção de quilômetros alimentares (*food miles*), mas também se debruça sobre a comensalidade e o retorno à valorização da culinária, o feminismo e o bem-estar animal.

Agrupando essas subculturas e agendas díspares, Rudy (2012, p.27) afirma que o

(...) ativismo alimentar é talvez o movimento social mais vibrante da América hoje. Um movimento que não é apenas sobre comida; é sobre a nossa conexão com animais e a terra. É a busca de um modo de vida autônomo, não dominado por corporações transnacionais” (tradução da autora).

Da mesma forma que Rudy, Jeff Sebo (2016) defende que o ativismo alimentar está na interseção de diferentes movimentos sociais e políticos. Para esse autor, os indivíduos podem se vincular ao ativismo alimentar para combater o racismo, o sexismo, o classismo, o especismo e/ou muitas outras formas de preconceito. A ideia de ativismo interseccional abrange todas as formas de trabalhar na interrelação de diferentes movimentos.

E talvez o maior desafio do ativismo alimentar é que ele exige consonância, alteridade entre todas as espécies e mudança de valores individuais, sob a noção de um processo de refinamento civilizatório cada vez mais sofisticado.

5. INTERSECÇÕES COM O ATIVISMO ALIMENTAR E SUA INFLUÊNCIA NO CONCEITO DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Sem a pretensão de esgotar esse amplo campo conceitual, as noções de democracia, cidadania, justiça, nutricídio, racismo, apartheid e ética alimentar são aqui trazidas de forma a dialogar com o campo do ativismo alimentar.

Esses conceitos, intimamente relacionados, surgiram em intersecção com movimentos agroalimentares críticos como o Movimento Sem Terra e a Via Campesina e dentro de comunidades acadêmicas de orientação crítica. Todos problematizam o sistema agroalimentar hegemônico, de base química industrial e apresentam propostas para minimizar seus variados impactos sociais, econômicos, culturais, ambientais e sobre a saúde, segurança e soberania alimentar. No entanto, devido aos contextos particulares em que surgiram, vale enfatizar aqui as diferenças entre estes conceitos em termos dos elementos do sistema alimentar atual que eles problematizam, bem como dos objetivos, normas e estratégias de transformação que promovem (Bornemann; Weiland, 2019).

5.1. Democracia Alimentar

O conceito de democracia alimentar, cunhado nos anos 1990 pelo professor do Centro de Política Alimentar da *City University of London*, Tim Lang, é definido por Bornemann e Weiland (2019) como um conceito político multifacetado que enfatiza a importância da participação dos consumidores, dos cidadãos e da sociedade civil nos sistemas alimentares. A democracia alimentar se opõe a práticas vigentes de controle alimentar, definidos como processos de centralização e concentração de poderosas e globalizadas corporações agroalimentares em detrimento das pequenas empresas e agricultores familiares. Ou seja, a democracia alimentar

trata da problematização e transformação das estruturas, processos e práticas estabelecidas de governança alimentar, ou seja, a forma como os objetivos comuns e coletivamente vinculados são formados, acordados e implementados. Sob a perspectiva de uma democracia alimentar, a reconstrução do sistema alimentar depende fundamentalmente da adoção de princípios e práticas democráticas na governança alimentar. Em vez de empresas multinacionais orientadas para o lucro, bem como de redes internacionais de especialistas científicos e administrativos que tomam decisões críticas relativas ao sistema alimentar sem um mandato democrático claro, são os cidadãos afetados pelas questões alimentares que devem moldar os sistemas alimentares alinhados com as suas ideias e interesses sob um processo democraticamente organizado de formação da vontade e de tomadas de decisão (Bornemann; Weiland, 2019, p.2, tradução da autora).

Processos de controle podem ser percebidos em diferentes instâncias como na rotulagem alimentar em que as empresas apenas revelam informações sobre a origem, processos de produção e ingredientes que não afetarão negativamente suas vendas. O poder das grandes redes varejistas, a reticência de usar a lupa de alerta de nutrientes nocivos à saúde e o uso de publicidade enganosa dos alimentos industrializados são práticas comuns no sistema agroalimentar e fazem parte do processo de ditadura alimentar imposta aos comedores. A democracia alimentar surge para contrabalançar esse poder desmesurado da agenda neoliberal e globalizada que tem como objetivo a produção de alimentos contaminados de baixa qualidade e preço, altamente lucrativos e duráveis.

5.2. Cidadania Alimentar

A noção de cidadania alimentar dialoga intimamente com o conceito de democracia alimentar e de consumo político na medida em que se preocupa em transformar consumidores passivos, manipulados pelo sistema agroalimentar vigente em cidadãos conscientes dispostos a agir e mudar o sistema alimentar de forma horizontal. A cidadania alimentar é um processo de politização e empoderamento do consumidor que trabalha com uma visão de segurança alimentar

baseada tanto na justiça social como na sustentabilidade ambiental e implica contestar a mercantilização dos alimentos e desenvolver capacidades e responsabilidades para além do simples consumo de bens e de escolhas alimentares que não levam em consideração a desqualificação do consumidor e as variadas repercussões do sistema agroalimentar hegemônico (Welsh; Macrae, 1998; Wilkins, 2005).

A cidadania alimentar é discutida por Schubert e Portilho que aprofundam a relação entre o ativismo alimentar e o consumo político mostrando como esse último vem sendo incorporado pelos diferentes formatos de ativismos alimentares na América Latina. Para esses autores, o consumo alimentar político enquadra-se como um novo movimento social econômico e relaciona-se à percepção e uso efetivo do poder de compra do consumidor como forma de pressão política para promover mudanças sociais no campo da alimentação. O consumo político pode ter governos como alvo, mas na maior parte das vezes, trata-se de uma forma de engajamento político na esfera do mercado (Portilho, 2020; Schubert; Portilho, 2023).

5.3. Justiça Alimentar

As discussões que envolvem o conceito de justiça alimentar oferecem uma visão ampla e estrutural do sistema alimentar que vê a alimentação saudável como um direito humano e aborda as barreiras estruturais a esse direito. O movimento surge a partir dos alertas de justiça e racismo ambientais que surgiram na década de 1980 sob a crítica de um ambientalismo elitista, branco e mais focado na vida selvagem e na paisagem do que nas comunidades humanas vulneráveis à poluição. A justiça ambiental é um movimento liderado pelas pessoas mais afetadas historicamente pelos problemas ambientais, conectando a saúde e a preservação ambiental com a saúde das comunidades vulneráveis: população negra e indígena, mulheres, comunidade trans e imigrantes. A justiça alimentar luta não apenas para o acesso a alimentos saudáveis, mas também para acabar com as desigualdades históricas estruturais que levam a resultados de saúde e segurança alimentar desiguais. Além da dimensão de acesso a alimentos saudáveis, nutritivos e culturalmente apropriados, a justiça social se debruça sobre questões de concentração e controle da terra, acesso a crédito, conhecimento, tecnologia e outros recursos; o trabalho constituinte da produção alimentar; da invisibilização das tradições alimentares desses grupos vulneráveis e do colonialismo alimentar (Grace Communications Foundation, 2024).

Raj Patel, professor pesquisador da Universidade do Texas, em Austin, e pesquisador associado sênior da Universidade de Rhodes, na África do Sul, resume o sentimento que move a

busca por justiça alimentar comum a diferentes países que sofreram processos de colonização:

O que eu sinto falta no movimento alimentar dos Estados Unidos é um sentido urgente da história. História sobre o solo em que os alimentos locais são cultivados. Sobre o sangue das primeiras nações e dos escravos naquele solo. Sobre o legado do colonialismo dos colonos que deixa algumas pessoas obcecadas com a couve enquanto aqueles que a colhem não têm dinheiro para comprá-la (Patel, 2012, p.56, tradução da autora)

5.4. Nutricídio, Racismo e *Apartheid* Alimentar

O conceito de nutricídio, criado pelo médico estadunidense Laila Afrika (2010) está em sintonia com as premissas da justiça alimentar uma vez que é igualmente atravessado por um recorte de raça. Apesar de focar originalmente nas desigualdades sofridas pelas pessoas negras, também é aplicado para discutir a insegurança alimentar que atinge outras minorias.

Os conceitos de racismo alimentar e o de *apartheid* alimentar reverberam dentro conceito de nutricídio como formatos de discriminação que dificultam o acesso da população negra - e de outros grupos étnicos vulnerabilizados - a alimentos saudáveis, além da dificuldade de acesso a outros direitos que impedem o direito humano a alimentação adequada, como o acesso a terra, ao trabalho, a saúde (Fran, 2023).

Esses conceitos fazem parte de um conjunto maior de práticas racistas e, fazem parte da realidade brasileira, como se pode ver nos dados do Vigisan, o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Tais dados revelam que, entre 2021 e 2022, quase 20% dos lares brasileiros liderados por pessoas pretas e pardas sofreram com a fome. No quesito gênero, as mulheres negras foram as mais afetadas. Já, nos domicílios chefiados por pessoas brancas, essa taxa foi de cerca de 10%, ou seja, metade da observada entre negros. Ainda segundo o mesmo estudo, 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas conviviam com algum nível de restrição de alimentos. Já nos lares chefiados por pessoas brancas, essa taxa foi inferior a 50% (Rede Penssan, 2022).

5.5. Ética Alimentar

As premissas do ativismo alimentar reverberam também dentro da noção de ética alimentar (*food ethics*) em Ikerd (2015, p.4) que defende que o alimento é bom (ou saudável) “quando nutre a vida e a saúde de quem come, honra o sacrifício da vida incorporado no que é comido e respeita o propósito e o valor inerente de todos os seres” (tradução da autora). Assim, delinea-se um conceito

contemporâneo de alimento saudável permeado por uma ética interespecie e planetária como um grande desafio na medida em que acolhe outras espécies e pensa na saudabilidade para tudo e todos: só é saudável se for saudável para quem planta, para a natureza, para os animais, para quem comercializa, transporta e consome.

O que torna nossas escolhas alimentares éticas são nossos valores e princípios relacionados ao que é bom e correto. Uma vez que não é possível determinar o valor inerente aos diferentes seres vivos, a nova ética alimentar implica nenhum ser individual, humano ou não, menos ou mais importante que outro na contribuição para o propósito do todo universal.

Assim, a alimentação ética não é somente uma questão de evitar alimentos que envolvam o sacrifício da vida, mas sim de honrar o propósito e o valor inerente de quem come, bem como de quem come (...) A chave para uma alimentação ética é escolher alimentos que permitam a cada entidade envolvida no processo – viva e não viva – cumprir os seus propósitos únicos dentro do todo universal (Ikerd, 2015, p.4, tradução da autora).

Sob essas dimensões, a noção de qualidade alimentar contemporânea se complexifica e busca superar as premissas da racionalidade moderna energético-quantitativa e do nutricionismo - um conceito que surge a partir da fusão das palavras “nutrição” e “reducionismo”, de autoria do pesquisador australiano Gyorgy Scrinis (2021). O nutricionismo foca nos nutrientes e no valor nutricional do alimento, sem considerar sua interação com outros nutrientes e com a dieta, desqualificando a origem e outros parâmetros de qualidade como a toxicidade, a durabilidade, a vitalidade. O paradigma do nutricentrismo ignora também o padrão e a cultura alimentares. Assim, os especialistas críticos da área de alimentação e Nutrição, passam a incorporar noções de qualidade subjetivas no conceito de alimento saudável: não basta estar equilibrado em seu valor nutricional e fitoquímico, livre de contaminantes físico e biológicos se foi produzido com trabalho infantil ou escravo ou se exclui as comunidades ancestrais do processo produtivo e promove sofrimento animal, desigualdade social e concentração de renda. A rotulagem de alimentos orgânicos é uma excelente estratégia para veicular informações de apelo socioambiental para além dos valores nutricionais.

Sob as égides conceituais do ativismo alimentar e desses complexos conceitos correlatos, novas qualidades adjetivam o polissêmico conceito contemporâneo de alimento saudável na ótica dos ativistas: alimento ecológico; orgânico; ético; local; alimento decolonial; sustentável; caseiro; artesanal; justo; tradicional; seguro e adequado; limpo; puro; alimento sem sofrimento animal; alimento sem trabalho escravo; alimento feito por mulheres; alimento afetivo (...)” (Azevedo,

2017).

6. AÇÕES PRÁTICAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DO ATIVISMO ALIMENTAR

Assim como o ativismo alimentar, todos esses conceitos, na prática, implicam em ações nos âmbitos individual ou coletivo (que, inclusive, muitas vezes se entrelaçam e se complementam no objetivo final). Para Bornemann e Weiland (2019), a compra direta dos agricultores familiares em feiras, entrega de cestas, lojas especializadas ou cooperativas de orgânicos, a prática de comensalidade e o preparo das suas próprias refeições, optando por alimentos *in natura*, locais e/ou orgânicos são, além de um modo de incrementar a saúde e a qualidade da dieta, uma forma de resgate da autonomia para recuperar o controle da sua alimentação e burlar o consumo de alimentos industrializados. Wilkins (2005) complementa que as escolhas alimentares diárias acrescentam valor em um nível pessoal, mas também sinalizam o mercado e apoiam quem produz esses alimentos.

Outras práticas individuais são o boicote a marcas, a redução do desperdício de alimentos e do consumo de carne (ou o veganismo). O neorruralismo, como um processo de revitalização do meio rural onde se promove a dignidade social dos moradores do campo, o cuidado ambiental e o autoconsumo também é apontado como uma forma de ativismo alimentar (Azevedo, 2021).

O ativismo alimentar também pode ser praticado a nível comunitário. Os indivíduos podem se envolver em trocas de alimentos com os vizinhos ou colegas de trabalho; na participação em Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) ou projetos coletivos de consumo alimentar político; no fortalecimento de projetos de hortas comunitárias; no envolvimento em movimentos sociais (MST, *Slow Food*, Agroecologia); em instituições de ensino superior de forma a mudar currículos e conscientizar especialistas sobre a importância do tema da segurança e soberania alimentar; em escolas de ensino fundamental e médio promovendo a educação alimentar e nutricional e a gastronomia consciente para crianças; em conselhos de segurança alimentar e nutricional ou em outros meios de participação cívica para exigir ou elaborar políticas públicas favoráveis aos princípios da democracia alimentar; em organizações que atuam na minimização de impactos ambientais e das mudanças climáticas. Além disso, a vinculação a partidos e o voto em representantes políticos comprometidos com a promoção da segurança e soberania alimentar – e no caso do Brasil, com a garantia de uma reforma agrária - é uma forma de agir coletivamente e atuar como consumidores-cidadãos.

Por fim, uma ação coletiva a nível mundial e não menos importante: a pressão por princípios socioambientais universais. Muitas das grandes corporações agroalimentares estão em sociedades que, de forma geral, têm maior controle de corrupção política, mais consciência ambiental e democrática e, conseqüentemente, maior poder de reação, de boicote às empresas e suas ações no mercado financeiro de forma a agir e pressionar as empresas locais em seus países e manifestar-se em nome dos países mais vulneráveis ecologicamente, cujas vozes são caladas pelos interesses das agendas globais do neoliberalismo. Esse conceito de democracia ecologicamente guiada sob princípios ecológicos universais problematizam a relação entre Estado-nação e cidadania e precisam ser consideradas para resolver a problemática do uso de agrotóxicos, por exemplo, que é bastante iníquo entre as diferentes nações. É urgente pensar em um único planeta quando o meio ambiente é envolvido; não há fronteiras para a poluição, uma vez que o ‘fora não existe’ e o sistema agroalimentar é um dos que mais produz degradação ambiental.

A recente avalanche de processos judiciais contra a empresa Bayer por conta das contaminações pelo glifosato configura-se em um formato de ativismo alimentar que envolve o âmbito judicial e a esperança de que o setor de agrotóxicos possa sofrer o mesmo grau de pressão regulatória e responsabilização por danos a saúde que as empresas de cigarro sofreram na década de 1980. Em março de 2020, as ações da empresa Bayer caíram mais de 10% após os casos de litígios que já envolvem 11 mil processos judiciais e US\$500 milhões em indenização por não alertar sobre os riscos à saúde de seu herbicida *Roundup*.

Os estudos etnográficos compilados por Counihan e Siniscalchi (2014) permitem agrupar o ativismo alimentar em ações coletivas de atores mais homogêneos e de menor impacto global como, por exemplo, os consumidores e agricultores simpatizantes da Antroposofia que formam CSAs Biodinâmicos e grupo de atores mais heterogêneos e com reverberação global como os chefs, consumidores, comunidades tradicionais e agricultores associados do movimento *Slow Food*. Independente do tipo de ativismo alimentar, suas ações tão plurais podem mesclar interesses individuais e coletivos, com maior ou menor abrangência, ou impacto local, transnacional ou global sob diferentes tipos de agência, relações de poder e hierarquias.

7. TIPOLOGIAS E CARACTERÍSTICAS DO ATIVISMO ALIMENTAR

Diante da amplitude do tema e da ideia de que qualquer ação em prol de uma alimentação saudável, pode ser considerada ativismo alimentar, é importante destacar algumas características comuns que perpassam os formatos de ativismo alimentar explorado pelos autores aqui mobilizados

como o ambientalismo, o anticonsumismo, a resistência, a equidade, a justiça social, o cooperativismo, a participação e a autonomia.

Nem todos os tipos de ativismos contemplam todas essas ideologias ao mesmo tempo, mas esse esforço ajuda a excluir formatos de práticas alimentares que visam somente o bem-estar individual, como o veganismo ou o consumo de orgânicos desvinculado das preocupações éticas, ambientais ou sociais, por exemplo. Mesmo assim, algumas dessas práticas aparentemente egocêntricas repercutem, com maior ou menor impacto no âmbito coletivo, como todo tipo de consumo alimentar político. Porém, a intenção, o que move verdadeiramente o indivíduo por trás da sua opção alimentar, torna-se relevante para a análise do ativismo alimentar.

Considerando o sistema agroalimentar hegemônico, baseado na degradação de coberturas verdes nativas, uso de insumos a base de combustível fóssil, produção de gases de efeito estufa, transporte a longas distâncias e poluição de águas, solo e alimentos, como um dos sistemas produtivos que mais poluiu, grande parte dos formatos de ativismo alimentar se ancora sobre, pelo menos, nove pilares: (1) o ambientalismo. Esse movimento sócio político em prol da preservação e conservação dos recursos naturais visa promover a sustentabilidade e a conscientização sobre a importância de se proteger a natureza.

Outra filosofia transversal a muitos formatos de ativismo alimentar é o (2) anticonsumismo, uma ideologia que envolve o poder de compra de alimentos. A ideologia rejeita o consumo global de alimentos ou de alguns produtos alimentares específicos (geralmente oriundos do sistema agroalimentar convencional) como forma de pressão política para alcançar objetivos sociais, ambientais ou pessoais, como a promoção da saúde, por exemplo.

A (3) resistência como um ato de se opor ou resistir ao sistema agroalimentar hegemônico aparece em diferentes formatos de ativismo alimentar e têm íntima relação com o anticonsumismo. Pode se manifestar através de atos de boicote a determinados produtos ou a escolha de marcas e alimentos em sintonia com os apelos socioambientais dos sistemas agroalimentares responsáveis.

A promoção da (4) equidade e da (5) justiça alimentar já foi explorada acima e faz parte de diferentes formatos de ativismo. (6) Práticas cooperativas baseadas no consenso e na (7) participação horizontal, praticadas entre indivíduos e organizações, também aparecem em diferentes dinâmicas de ativismo alimentar, apesar de que algumas práticas aparentemente individuais (cozinhar e/ou comer em casa ou comprar alimentos de agricultores agroecológicos, por exemplo) possam se distanciar desse conceito, mas repercutir no âmbito coletivo. Um resultado concreto

dessas práticas cooperativas é o (8) fomento à autonomia, a capacidade humana de decidir o que se julga como a melhor escolha alimentar; melhor para si, para o meio ambiente e para o coletivo. Então, pode-se afirmar que a (9) alteridade e empatia com todos os reinos perpassa o ativismo alimentar.

Para Aimee Schreck (2005) que pesquisou as práticas sociais do *Fair Trade* (Comércio Justo), a tipologia dos diferentes tipos de ativismo alimentares pressupõem: (i) atos de resistência, ou seja, a não-participação explícita ou recusa parcial em sistemas hegemônicos percebidos como inaceitáveis; (ii) atos de redistribuição, ou seja, uma distribuição mais equitativa de recursos em benefício dos menos poderosos e/ou membros desfavorecidos da sociedade; e (iii) ações sociais radicais buscando transformações estruturais positivas nos sistemas que resultem em mudanças qualitativamente diferentes e mais equidade e justiça para todos. Com base nessa tipologia, a pesquisadora enquadra o movimento *Fair Trade* como um exemplo do que não seria ativismo alimentar, uma vez que nas relações entre agricultores dos países do Sul, intermediários e comerciantes dos países do Norte, mantém-se persistente assimetria de poder entre os hemisférios, uma compreensão conservadora de empoderamento por parte do movimento, bem como uma participação limitada dos parceiros do Sul e uma distribuição desigual de responsabilidades ao longo da cadeia do Comércio Justo. Ou seja, para essa autora, o ativismo alimentar é muito ambicioso; tem um pacto indissolúvel com a coerência e não se limita ao consumo de couves orgânicas ou de compras coletivas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa conceitual se encaixa também como um tipo de ativismo alimentar produzido dentro do âmbito da academia crítica que problematiza os sistemas hegemônicos e mapeia ações concretas para minimizar as repercussões do sistema agroalimentar. O ativismo alimentar, assim como grande parte das pesquisas com movimentos sociais, coloca o pesquisador na fronteira sutil e nada neutra entre o participante/ativista e o observador/cientista e acaba por questionar a postura de observação científica sem engajamento e legitimar as crenças ideológicas do pesquisador.

Como toda pesquisa crítica ativista, os objetivos deste estudo são ambiciosos e superam a perspectiva de discutir conceitualmente o ativismo alimentar. A expectativa aqui é também mostrar a relevância do tema para a continuidade da vida no planeta e para minimizar as desigualdades sociais.

Por fim, alinhando-se com os dois livros de autores estrangeiros supramencionados sobre o tema, baseados em etnografias do Ativismo Alimentar realizadas através de estudos de campo, destaca-se necessidade de promover por aqui mais pesquisas empíricas locais e aprofundadas que possam delimitar melhor as reais motivações, bem como conhecer as diferentes estratégias utilizadas pelos os atores envolvidos em cada instância política e sua abrangência e impacto na sociedade. Igualmente importante delinear o perfil desses ativistas que tendem a ser tão variados quanto as particularidades dos participantes dos diferentes movimentos ativistas contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- AFRIKA, Llaila. O. *Nutricide: The Nutritional Destruction of the Black Race*. New York: Seaburn Health, 2010.
- ALKON, Alison Hope; GUTHMAN Julie. *The New Food Activism: Opposition, Cooperation, and Collective Action*. Oakland: University of California Press, 2017.
- AZEVEDO, Elaine de. Neorrurais: os imigrantes da Utopia. In: *LeMonde Dilomatique Brasil*, 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/neorrurais-os-imigrantes-da-utopia>
- AZEVEDO, Elaine de. O ativismo alimentar na perspectiva do locavorismo. In: *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, n.18, v.3, p. 81–98, 2015.
- AZEVEDO, Elaine de. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. In: *Sociologias*, Porto Alegre, n.44, p. 276-307, 2017.
- AZEVEDO, Elaine de; PELED, Yiftah. Artevismo Alimentar. In: *Revista Contemporânea*, São Carlos, n.5, v. 2, p.495-520, 2015.
- BORNEMANN, Basil; WEILAND, Sabine. New Perspectives on Food Democracy. In: *Politics and Governance*, Lisboa, n.7, v.4, p. 1–7, 2019.
- BOVÉ, José; DUFOUR, François. *O mundo não é mercadoria: camponeses contra a comida ruim*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- CAIRUS, Henrique F.; ALSINA, Julieta. A alimentação na dieta hipocrática. In: *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, Belo Horizonte, n. 20, v.2, p. 212-238, 2007.
- COUNIHAN, Carole; SINISCALCHI, Valeria. *Food Activism: Agency, Democracy and Economy*. London: Bloomsbury Academic, 2014.
- DORIA, Carlos A; AZEVEDO, Elaine de. Banquetaço: ativismo alimentar e a construção de novas formas de expressão política. In: *LeMonde Dilomatique Brasil*, 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/banquetaco-ativismo-alimentar/alimentar> Acesso em: 25 Mar. 2024.
- FRAN, Paula. Apartheid Alimentar e o privilégio de comer no Brasil. In: *Fase – Solidariedade e Educação*. Disponível

em: <https://fase.org.br/pt/artigos/apartheid-alimentar-e-o-privilegio-de-comer-no-brasil/#:~:text=O%20artigo%20A%20imposi%C3%A7%C3%A3o%20da,forma%20eugenista%20de%20controle%20social>. Publicação: 16 maio de 2023. Acesso em: 05 Nov. 2024

GRACE COMMUNICATIONS FOUNDATION-FOOD PRINT. *Food Justice*. New York, 2024. Disponível em: <https://foodprint.org/issues/food-justice> Acesso em: 30 Mar. 2024.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric (ed). *Food Movements, Unite! Strategies to transform our food systems*. New York: Food First Books, 2011.

IKERD, John. Toward a Food Ethic. In: *Journal of Agriculture, Food Systems and Community Development*, n.6, v. 1, p. 3–5, 2015. <http://dx.doi.org/10.5304/jafscd.2015.061.001>

MACHADO FILHO, Onaldo L.B. *Cozinhar é um ato político? O cozinhar doméstico como ativismo alimentar*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2023.

MARTIN, Brian. Activism, social and political. In: GARY, Anderson L.; HERR, Kathrine. (Eds.) *Encyclopedia of Activism and Social Justice*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007, p. 19-27.

McGEARY, Judith. *Four Elements of Successful Activism*, 2021. Disponível em: <https://www.westonaprice.org/four-elements-of-successful-activism/#gsc.tab=0> Acesso em: 3 Mai. 2024.

NORRIS, Pipa. Political Activism: New Challenges, New Opportunities. In: BOIX Carles; STOKES Susan (Orgs). *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p.628-652.

PATEL, Raj. *Stuffed and Starved: The Hidden Battle for the World Food System*. New Jersey: Melville House, 2012.

PENNA, Camila. *Ativismo e políticas públicas durante a pandemia*. Coronacrise. Instituto de Ciência Humanas da UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/ativismo-e-politicas-publicas-durante-a-pandemia> Acesso em: 3 Mai. 2024.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político. Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. In: *Redes*, n. 25, v. 2, p. 411-432, 2020.

REDE PENSSAN. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: *relatório final*/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. — São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

RUDY, Kathy. Locavores, Feminism, and the Question of Meat. In: *The Journal of American Culture*, n. 35, p.26-36, 2012.

SCHUBERT, Maycon, PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político alimentar – uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. In: SCHUBERT, Maycon; TONIN, Jeferson; SCHNEIDER, Sérgio. (Orgs). *Desafios e tendências da alimentação contemporânea consumo, mercados e ação pública*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023, p.10-19.

SCRINIS, Gyorgy. *Nutricionismo. A ciência e a política do aconselhamento nutricional*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

SEBO, Jeff. *Food Activism and the Ethics of Intersectionality*, 2016. Disponível em: <https://jeffsebodotnet.files.wordpress.com/2016/01/food-activism-and-the-ethics-of-intersectionality.pdf> Acesso em: 5 Abr. 2024.

SHRECK, Aimee. Resistance, redistribution, and power in the Fair-Trade banana initiative. In: *Agriculture and Human Values*, n. 22, p. 17–29, 2005.

TANAKA, Jennifer H. *Ativismos alimentares do Sul e do Norte Global: MST, Slow Food e os mundos da crítica em torno da alimentação*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2024.

WELSH, Jennifer; MaCRAE, John R. Food citizenship and community food security: Lessons from Toronto, Canada. In: *Canadian Journal of Development Studies*, n. 19, v. 4, p. 237–255, 1998.

WILKINS, Jennifer L. Eating right here: Moving from consumer to food citizen. In: *Agriculture and Human Values*, n. 22, v. 3, p. 269–273, 2005. <https://doi.org/10.1007/s10460-005-6042-4>

Licença e Direitos:

Repositórios e Ciência Aberta, direitos autorais de Elaine Azevedo, 2025, licenciado sob [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

